

**“TEMPLO DO BEM”: O GRUPO ESCOLAR DE UBERABA,
NA ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANA (1908 – 1918)**
“Temple of goodness”: the Uberaba School Group in the republican schooling (1908 – 1918)

Rosângela Maria Castro Guimarães*
Décio Gatti Júnior**

RESUMO

Trata-se de comunicar os resultados da investigação na temática da História das Instituições Educacionais, focada no Grupo Escolar de Uberaba, o primeiro criado nesta cidade mineira e em funcionamento até os dias atuais. A hermenêutica da pesquisa comportou questionamento sobre a identidade histórica dessa instituição no período de 1908 a 1918. A investigação foi desenvolvida a partir das seguintes categorias de análise: a motivação para criação e instalação do Grupo, aspectos relativos ao espaço físico do prédio, o perfil discente e docente e o cotidiano escolar. A heurística contou com documentos oriundos principalmente, do Arquivo Público Mineiro e da imprensa local. Os dados obtidos foram interpretados a partir das categorias de análise explicitadas, com a consideração, em especial, das relações reflexivas entre o particular – o Grupo, a cidade de Uberaba – e o geral, o contexto histórico-escolar e social do país, durante a Primeira República. Em síntese, pôde-se observar que esta escola historicamente teve, por um lado, suas singularidades, mas por outro, foi veículo propagador de ideais próprios dessa fase republicana, os quais foram nacionalmente divulgados.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Primeira República. Escolarização republicana.

ABSTRACT

It concerns to communicate the results of the investigation in the theme of History of Educational Institutions, aiming at the Uberaba School Group, the first established in Uberaba town and which has been in activity these days. The research hermeneutics admits some questioning about the historical identity of this Institution in the period of 1908 until 1918. The research was carried out from the following analysis categories: the motivation for creation and establishment of the Group, features related to the site construction area, the students and teachers' profile, as well as the school daily routine. The heuristics counted on the documents from the Minas Gerais Public Archive and the local press. The data obtained were interpreted from the revealed analysis categories with the special consideration of the reflexive relations between the private – the Primary School, the city of Uberaba – and in general, the wider school historical and social context of the country, during the First Republic. In short, it could be observed that this school

* Universidade Federal de Uberlândia. Contato: rmcguimaraes@netsite.com.br

** Universidade Federal de Uberlândia. Contato: degatti@ufu.br

historically had, for one side, its peculiarities, on the other band, it spread its own ideals from the republican phase, which were nationally broadcast.

Keywords: Primary School. First Republic. Republican Schooling.

Introdução

A pesquisa da qual deriva este artigo teve como intuito trazer à memória a gênese e o perfil delineado nos primeiros anos de funcionamento desta escola, respondendo a uma questão-problema central: qual a identidade histórica do Grupo Escolar de Uberaba¹ no período de 1908 a 1918?

Esta é uma questão ampla e, por isso, foi desdobrada em questionamentos mais pontuais, dentre os quais: de que maneira o grupo se inseriu em uma cidade que já possuía duas grandes escolas confessionais² para os ensinos primário e secundário? Como essa escola se relacionou socialmente com a comunidade local? As vagas oferecidas eram suficientes? Quais eram os índices de frequência, aprovação e conclusão dos alunos? Qual a origem, o provável destino e a formação dessa clientela? Quais foram os primeiros professores, (incluindo o recrutamento, a formação) e como eram suas atuações didático-pedagógicas?

Formulou-se a hipótese de que a escola, criada segundo os ideais da Primeira República brasileira (positivismo, nacionalismo, liberalismo, laicismo) foi significativa para grande parte da população uberabense, sendo utilizada como veículo propagador desses ideais que levavam à busca de modernização e de valores como ordem, progresso, civilidade, civismo, racionalização, hierarquização, higienização. Foi também o lugar da manifestação de contradições dessa época, algumas promovidas pelo próprio momento republicano, outras pelas especificidades da sociedade local.

O caminho percorrido pela investigação foi do contexto geral do país ao objeto particular – o Grupo Escolar de Uberaba – unidade institucional mais simples, que comporta os fazeres e os saberes dos atores sociais que concretamente aí conviveram. Os resultados quantitativos e qualitativos obtidos na consulta as fontes primárias, foram submetidos às análises explicativas, ancoradas em referenciais teórico-metodológicos que comportam as descrições do particular, relacionando-o com o contexto geral. Dentro desta proposição, elegeu-se como referencial teórico metodológico,

¹ O Grupo Escolar de Uberaba foi criado pelo decreto n. 2.589, de 29 de Julho de 1909. Nessa época, Minas era governada pelo Presidente Wenceslau Braz (1909 -1912). No entanto, quem autorizou a fundação e a construção desse primeiro grupo nesta cidade foi o Presidente anterior, João Pinheiro da Silva (1906 -1908), que o fez segundo a legislação que instituiu os grupos escolares no estado, Lei n. 439, de 28/09/1906, de Reforma do Ensino Primário, Normal e Superior, criada no primeiro mês de sua curta gestão.

² As duas escolas confessionais mais antigas do que o Grupo Escolar de Uberaba e já em funcionamento nesta época (e ainda hoje) são: o Colégio Nossa Senhora das Dores, das irmãs dominicanas, fundado em 1885 e o Colégio Marista Diocesano, fundado em 1903.

[...] o método dialético que supõe a investigação da conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a escola que cria. O fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa condição. [...] para o método dialético, o fundamental em pesquisas sobre instituições escolares, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social. (NOSELLA, P.; BUFFA, E. 2005, p. 362)

Essa opção teórico-metodológica é reforçada ao apoiar-se também no pensamento de Justino de Magalhães (1999, p. 64) que considera fundamental, neste tipo de investigação, reconstruir a identidade histórica da instituição em sua multidimensionalidade, não só integrando-a a realidade mais ampla que é o sistema educativo, mas também a contextualizando no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região. Depreende-se disso que trabalhar com a reconstrução da história de instituição escolar significa lidar com um campo complexo.

Considerando a questão da complexidade, deriva disso a possibilidade de muitas abordagens analíticas ao objeto. Vislumbrando a impossibilidade de uma abordagem globalizante, Magalhães (1999, p. 70), chama atenção sobre a necessidade de estruturar a história de uma instituição educacional em torno de uma problemática significativa, que contemple as duas dimensões características da matriz relacional comum a todas as instituições – o fato de serem a um só tempo, estruturas abertas ao exterior, mas também organismos e *locus* humanos, com relações de poder e de comunicação no plano interno. Por isso, para conferir-lhes uma identidade histórica torna-se necessário definir um eixo epistêmico, em torno do qual possa ser assegurada certa representatividade. Assim, os alunos apresentam-se como esta categoria de análise, articulatória e representativa, pois eles são a “verdadeira razão de ser” da instituição.

Sendo os alunos a categoria central, na pesquisa sobre história de instituição educativa, convém esclarecer a formação que era dada a essa clientela, seus saberes e fazeres, quais eram as práticas cotidianas dos docentes e discentes na instituição e com quais finalidades? Aspectos que encontram ecos em Saviani (2005, p. 30), quando afirma que, para se fazer história de instituição escolar é necessário considerar as suas práticas, pois toda instituição “é por definição, uma unidade de ação” e, portanto, “um sistema de práticas.” Quando se fala em práticas escolares, um conceito que recorrentemente se apresenta é o de cultura escolar. No artigo *A cultura escolar como objeto histórico*, Dominique Julia (2001, p. 10) formula uma descrição de cultura escolar, que aponta uma direção objetiva para investigá-la.

[...], poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sócio políticas ou simplesmente de socialização).

Nesse sentido, para se analisar normas e práticas é preciso levar em conta não só o trabalho dos profissionais da escola, mas também, pode-se ir além dos limites da escola e buscar identificar “modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades” (JULIA, 2001, p. 11). Dessa forma, à categoria central representada pelos alunos, vinculam-se outras: o espaço escolar, os professores e o cotidiano escolar.

O texto final da dissertação apresentou-se dividido em quatro capítulos. No presente artigo o primeiro item, denominado *Contexto político, econômico, social, ideológico e educacional durante a Primeira República* foi suprimido, por questão de espaço e principalmente, justificando-se pela crença de que o grande quadro geral³ nele descrito (embora importante, devido à opção metodológica) consiste em uma narrativa cujo teor é, em grande parte, do conhecimento dos possíveis leitores deste texto. Entretanto, visando dar uma noção, dos temas tratados no referido item, seguem-se breves registros esclarecendo que foram enfocadas:

- na política, as características marcantes do período e a atuação das oligarquias agrárias;
- na economia, o café e suas determinações nos outros setores;
- na sociedade, as mudanças com o surgimento das camadas burguesas (comercial, industrial e pequena burguesia ou classe média) e do operariado, foram comentadas as características das idéias liberais, das cívico-nacionalistas e das positivistas, que permearam o pensamento e influenciaram as ações desses estratos sociais.

No aspecto da educação foram destacadas e analisadas as primeiras constituições republicanas: a brasileira de 1891⁴ e a mineira, no sentido de mostrar que naquela a educação primária, pública e popular não foi institucionalizada como sendo competência da União, enquanto que a constituição mineira, por tradição, conveniência federativa e até mesmo por responsabilidade, estabeleceu em seu texto, de acordo com Gonçalves Neto e Carvalho (2005, p. 271), “a competência do congresso estadual para ‘promover no Estado o desenvolvimento da educação pública [...]’ (item 27, art. 30) e ‘legislar sobre instrução primária’ (item 5, art. 31)”. Em consequência, segundo esses autores, iniciaram-se no Estado as preocupações com a organização dos ensinos, normal e primário. Nesse sentido, foi sancionada a lei nº. 41, de 03 de agosto de 1892. Na história da educação em Minas Gerais relatada por Mourão (1962), percebe-se que a vigência das leis de ensino não era duradoura, pois à medida que os governantes iam se sucedendo, novas leis eram elaboradas e as mazelas da educação continuavam, uma vez que eram apontadas nos relatórios dos Secretários do Interior⁵. Dentro desse contexto em 1906, João Pinheiro e seu Secretário, Manoel Tomás de Carvalho Brito, promulgam a Lei nº. 439 de 28/09/1906⁶, cuja novidade, em Minas, seria a criação dos grupos escolares, já

³ Os autores cujas obras constituíram-se em referências na construção desse amplo quadro foram principalmente: Sodré (1970); Carone (1971 e 1978); Nagle (2001); Faoro (1979); Wirth (1982); Furtado (1954).

⁴ Os autores cujas obras constituíram-se em referência para desenvolver este tema: Nagle (2001); Cury (2005). Para obter o texto completo da constituição de 1891, consultar: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>.

⁵ Sobre esse tema ver: Faria Filho e Vago (2000).

⁶ Alguns artigos iniciais da lei em questão são: *Artigo I* – Fica o governo de Minas Geraes autorizado a reformar o ensino primário e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e

existentes em outros estados, como São Paulo (1894), Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903).⁷

Feitos tais registros seguem-se os três itens apresentando os resultados da pesquisa em questão.

A educação em Uberaba: antecedentes históricos e escolarização

O Arraial (de Santo Antônio e São Sebastião) da Farinha Podre⁸ foi fundado por entrantes vindos do Desemboque⁹, chefiados por Antônio Eustáquio da S. e Oliveira. Tornou-se freguesia em 1820, vila em 1836 (Vila de Santo Antônio de Uberaba). Desenvolveu-se, primeiro, graças à pecuária, devido a excelência das pastagens, depois através do comércio, distribuindo os produtos vindos do litoral e abastecendo todo o Triângulo, Goiás e Mato Grosso, tornando-se o que se denominou *boca de sertão*,¹⁰ devido a sua localização, em ponto de passagem obrigatória de mercadores (mascates), que percorriam o interior do país.

Na década de 1850, Uberaba atingiu um bom nível econômico. Em 1856, a Vila foi elevada à cidade. O Brasil, nessa época, também se transformava economicamente com a expansão da exportação de café, modificações na política tarifária, fim do tráfico de escravos, embora tenham aumentado também as importações. Neste contexto, Rezende (1991, p. 40) observa que “Uberaba se encaixou perfeitamente dentro desse quadro de transformações, onde desempenhou papel de pólo comercial dependente, principalmente da região paulista e de pólo fornecedor e abastecedor para mercados consumidores do interior”.

Com o crescimento econômico, surgiu uma elite¹¹, que demandava novos serviços e mais atrativos a uma população sedentária. Assim

“[...] surgiram escolas, teatros, e a política institucional, [...]. [...] uma [...] elite, agora com ares de urbanidade, formada pelos professores, amanuenses, juízes, padres, que começariam a publicar jornais e a fazer saraus. Pode-se dizer que nessa fase já existia o urbano” (LOURENÇO, 2002, p. 237).

physica. [...]. *Artigo 3* – O ensino primário e obrigatório será ministrado em: I. escolas isoladas, II. Grupos Escolares, III. Escolas modelo (anexas às escolas normais). *Artigo 4* – O governo empregará os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos de população. [...]. (APM. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906*, p. 20-1).

⁷ Ver: Vidal (2006)

⁸ Área correspondente à região do Triângulo Mineiro, assim denominada, na época, pelos entrantes e bandeirantes, que por ali passavam em direção a Goiás e Mato Grosso, era um sertão muito desconhecido, inculto e despovoado, habitado apenas pelos índios Caiapós.

⁹ Uma localidade de mineração de ouro situada às margens do Rio das Velhas, foi razoavelmente produtiva, mas entrou em decadência em 1781, o que restou da povoação hoje faz parte município de Sacramento.

¹⁰ Na definição de Lourenço (2002, p. 239), *boca de sertão* era o nome dado ao entreposto obrigatório dos fluxos mercantis vindos dos dois lados da rede de comércio. Isto possibilitava que rapidamente o local se tornasse um núcleo urbano, graças à presença de uma classe de mercadores fixos.

¹¹ “Por teoria das Elites [...] se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, de várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. [...], entre todas as formas de poder [...], socialmente ou estrategicamente, são mais importantes [...] o poder econômico, o poder ideológico e o poder político, [...]”. (BOBBIO, 1986, p. 385-90)

Ainda no século XIX, Uberaba se tornou uma das principais cidades do interior do país. Dentre todas do Triângulo, era a possuidora de maior renda e ocupava também posição de destaque no âmbito do estado. De acordo com Wirth (1982, p. 65), em 1889 era a sétima cidade mineira em renda *per capita*. Em 1910 já era a terceira (com renda de 376\$000 Réis), ultrapassada apenas, por Belo Horizonte (945\$000) e Juiz de Fora (630\$000). Outro fator que atesta o seu desenvolvimento: em 1889, passou a ser servida pela Companhia de Estrada de Ferro Mogiana, possibilitando maior dinamismo ao comércio, com a melhoria dos transportes (antes feitos por carros de bois e tropeiros) e das comunicações. No setor educacional, já contava com duas escolas normais: a Escola Normal Oficial (pública estadual) instalada em 1882, com curso primário anexo; e, o curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores (fundado em 1885).

Na primeira década do século XX têm-se alguns indícios sobre a situação educacional. Quando o Grupo ainda não estava em funcionamento, foi publicada no Almanach Uberabense, (1908, p. XCVI) uma lista (nomes e endereços) das escolas urbanas, totalizando dezessete estabelecimentos de instrução, sendo oito escolas públicas (04 estaduais e 04 municipais) e onze particulares (04 confessionais e 07 da iniciativa civil). No ano de 1909, sob o título *Recenseamento de Uberaba*, o mesmo periódico apresenta os seguintes dados estatísticos:

TABELA 01

População e analfabetismo em 1908 na área urbana do município de Uberaba

Pop. da cidade	Sabem ler (06 anos ou +)	Não sabem	Crianças de 0 a 5 anos
9.186	4.446	3.341	1.399
100%	48,40%	36,37%	15,23%

Fonte: ALMANACH UBERABENSE, 1909, p. XCII.

Nessa época os índices de analfabetismo são grandes (estimados em 80%) em todo o país¹², mas os de Uberaba são menores (TAB. 01). Infere-se que tal situação constitui reflexo não só do número de boas escolas existentes no município, desde o império, mas também provém do fato de se considerar apenas os índices em relação à população urbana, não tendo incluído valores referentes à zona rural, onde as taxas de analfabetos eram potencialmente maiores.

¹² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no recenseamento do ano de 1920, apontam que o Brasil e o estado de Minas Gerais possuíam respectivamente 30.635.605 e 5.888.174 habitantes e estima-se que cerca de 80% dessas populações eram analfabetas. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>>. Acesso em 24 de Julho de 2006. Nota: Se ao acessar esse endereço eletrônico não se obtiver o resultado esperado, o caminho sugerido, por e-mail do próprio IBGE endereçado à autora desta pesquisa é: acesse www.ibge.gov.br. Depois em seqüência clique nas seguintes opções: sidra/acervo/períodos/ano (1920) /censo demográfico/ população/tabela (digitar: 1286) selecionar: Brasil (Sim) /unidade da federação (Minas Gerais) / OK.

Discussões que antecederam a inauguração do Grupo Escolar de Uberaba: obstáculos e motivações para a construção, criação e instalação

Minas Gerais, no período republicano, como quase todo o país, era pobre e convivia com as conseqüências dessa situação. Nesse Estado, tal contexto era agravado pela falta de transportes adequados, de comunicação, pelo grande tamanho do território, pelas diferenças regionais e principalmente pela ausência de um poder central que desempenhasse um papel unificador entre as sete zonas. Assim, prevalecia o que Wirth (1982) denominou de “mosaico mineiro”. O Triângulo considerado uma zona nova, era muito mais ligado ao vizinho Estado de São Paulo e se sentia desamparado e esquecido pelos governos do estado. Esses governantes, por suas origens, história, distância e afinidade, estavam muito mais ligados às regiões Sul, Mata e Centro. Nesse contexto, o memorialista Hildebrando Pontes (1978, p. 146) registra que a classe política uberabense se sentia desprestigiada, porque o município era produtivo, contribuía com impostos, mas não via concretamente os benefícios dessas contribuições. Assim, desenvolveu e liderou a idéia de separatismo (que até hoje encontra adeptos na cidade) e criou a cultura de certa animosidade e desconfiança em relação ao poder central de Minas. A questão da debilidade econômica do Estado influenciou negativamente nos projetos educacionais, pois sempre com dificuldades financeiras, em lugar de abrir novas escolas, os governantes, por vezes as fecharam¹³. Para criar os grupos, o governo recorreu à colaboração dos municípios¹⁴. Mesmo Uberaba, com bom desenvolvimento, teve problemas para concretizar a construção de seu grupo escolar.

Um dia após a publicação da Lei de Reforma de João Pinheiro, fez-se na Câmara Municipal de Uberaba, a primeira reunião para discutir sobre a criação do grupo escolar. Tais discussões culminaram em uma lei prevendo a construção¹⁵. Porém, os empreiteiros não entraram na concorrência alegando que o montante destinado à construção era insuficiente. Somando-se a esse fato foi significativa, decisiva mesmo, a opção política de cinco (dentre os nove) vereadores que em 15 de maio de 1907, votaram a favor de uma escola técnica de ensino agrícola e pela solicitação de mais algumas escolas isoladas do governo mineiro, em detrimento do grupo escolar. Apesar dos outros quatro

¹³ Em Uberaba, foram fechados, em 1898, o Instituto Zootécnico (aberto em 1894, formou apenas uma turma) e em 1905 a Escola Normal Oficial.

¹⁴ Embora a Lei 439 de 28 de setembro de 1906, prevísse em seu artigo 4º, que o governo empregaria “todos os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos da população”, no seu regulamento pelo Decreto nº. 1.960, artigo 45, a difusão do ensino se faria primeiro nos municípios que colaborassem, “eficazmente já por sommas em dinheiro, já por dádivas de prédios, terrenos ou materiais” (APM. *Coleção dos Decretos e Leis Mineiras*, 1906, p. 161), excluindo em uma fase inicial, aqueles sem condições financeiras ou materiais para tal.

¹⁵ Lei nº. 202 de 02 de abril de 1907 “Autoriza o Agente Executivo, municipal a construir um prédio destinado ao Grupo Escolar e oferecer ao Governo do Estado o próprio onde funcionou o Instituto Zootécnico para uma escola modelo” (UBERABA/CMU, 1907). O texto legal que se seguia a esse preâmbulo autorizava o Agente Executivo (cargo similar ao de Prefeito) a abrir uma concorrência pública para a execução das obras de um grupo escolar, poderia ser gasto na construção até 30:000\$000 (trinta contos de Réis) a serem pagos, à empreiteira, em três prestações nos anos de 1908, 1909 e 1910. Esta lei previa ainda, que a prefeitura repassaria ao Estado o prédio onde havia funcionado o Instituto Zootécnico (fechado pelo Presidente Silviano Brandão em 1898) e contribuiria com o valor de 3:000\$000 para que ali fosse montada uma fazenda modelo para o ensino primário agrícola. Em contrapartida, ficariam suspensas duas escolas municipais. Conforme se vê era uma lei longa, cheia de detalhes e propostas, com as quais o Estado poderia concordar ou não.

vereadores se posicionaram favoráveis à criação do estabelecimento, por maioria simples, a lei foi revogada na parte referente à construção do grupo e não se falou mais no assunto por certo tempo. Lembrando o contexto brasileiro, em que se dava nesta época, o embate entre o ruralismo e o urbanismo, pode-se inferir que nesse momento pesou mais uma visão fisiocrática e ruralista, por parte dos homens públicos uberabenses, que na reunião de 02 de abril de 1907, já haviam argumentado que uma escola agrícola atenderia “ao atraso em que se acham os nossos lavradores, tanto grandes como pequenos, que ignoram os princípios da economia quanto ao modo de cultivar e plantar; e por este meio poderá levantar a lavoura, porque sem esta não há comércio”. (UBERABA. *Livro de Atas da CMU: 1905 -1909*, p. 84).

Neste momento histórico uberabense, o presidente do Estado, João Pinheiro, efetuou um papel conciliador. Em abril de 1908, alguns meses antes de sua morte (25/10/1908) as negociações com o Município (que já elegera uma nova Câmara de vereadores do mesmo partido desse governante) chegaram a bom termo. O Estado financiaria a construção do prédio do grupo orçada em 52:000\$000 (cinquenta e dois contos de Réis), valor a ser ressarcido aos cofres estaduais em três prestações anuais (1909, 1910 e 1911). Este fato que serviu para arrefecer os ânimos separatistas locais e aproximar Uberaba da capital. A construção iniciou-se em setembro.

No final de fevereiro de 1909, foi publicado um editorial idealista, repleto de representações de educação. Diante do prédio que se erguia, visualizava-se uma situação que se pretendia concretizar nas práticas futuras. O texto começa relatando que estavam adiantadas as obras do grupo e a construção é caracterizada como:

Interessante sob todos os aspectos, pelas linhas do edifício, traçadas pela architectura pedagógica, pela sua graça, [...] e pelos seus fins, [...], tivemos a visão da obra moral e magnífica que dali vae saber. O grupo escolar, tal como está no Regulamento de ensino, é a casa em que o Estado se faz chefe de família, pai carinhoso, desveladamente cuidando, pelo zelo de seus professores, da educação phisica, intelectual e moral dos filhos do povo. É o prolongamento do lar de cada um. [...]. No grupo prepara-se o homem para a fácil conquista do meio social, [...], si em qualquer tempo e [...] lugar a existência pode ser difícil, fácil é ella para os que são validos e cheios de saúde, intellectualmente superiores [...]. (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.482, 27/02/1909)

Segundo Veiga (1997), é idéia recorrente no pensamento intelectual do fim do século XIX, e início do XX, que os costumes antigos (tradicionais) deviam ser apagados para se criar um homem novo (moderno). Idealiza-se então, os novos indivíduos a serem formados pela escola pública e também a utopia de se concretizar novas mentalidades que pudessem alterar a cultura da tensão social, criando a cultura dos valores comuns internalizados e institucionalizados. Na perspectiva desta autora, a escola assume vários aspectos simbólicos e culturais: é retratada como o marco divisório entre o mundo culto e o bárbaro; o lugar da *civitas*, isto é da formatação de um homem ordeiro, disciplinado, cômico dos seus deveres. E para construir esse novo homem contribuiria a *urbs*, isto é, o espaço urbano bem projetado, racional, civilizador e moderno. Espaço que, neste caso específico, estava presente na arquitetura do grupo.

Sobre a festa de inauguração em 03 de outubro de 1909, o jornal é enfático: “Esteve simplesmente deslumbrante a festa da instrução [...]. A inauguração desse verdadeiro *Templo do bem* foi soleníssima”, estando presentes o que é então denominado “o melhor da sociedade uberabense: senhoras, cavalheiros, representantes de todas as classes sociais”. Conclui externando “os mais ardentes votos para que aquela grande Casa de Instrução progreda ininterruptamente e se esmere pelo preparo intellectual dos futuros obreiros desta generosa terra” (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.668, 05 de outubro de 1909).

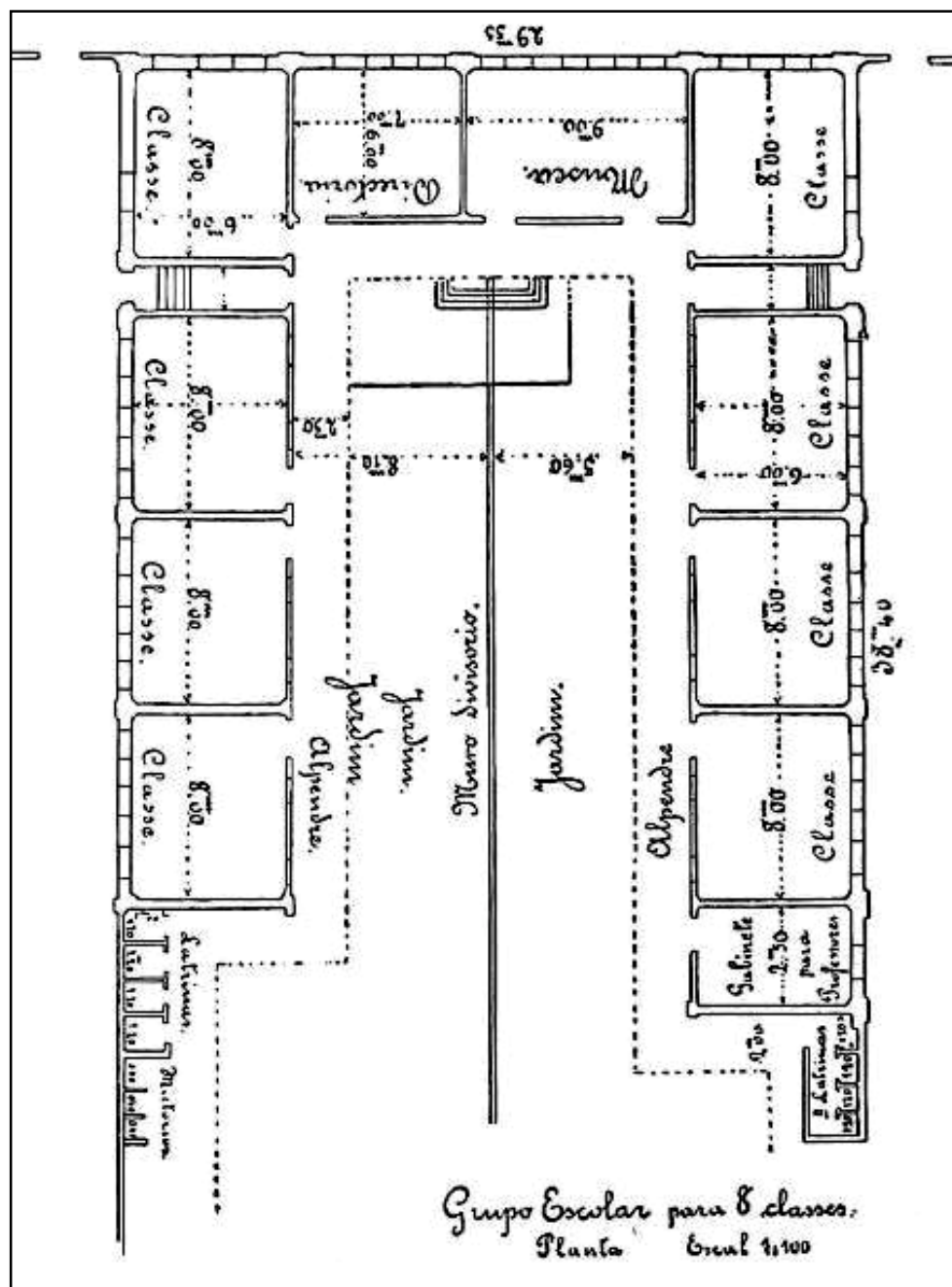
No grupo escolar de Uberaba: o espaço físico, os alunos e os professores

Entre a monumentalidade¹⁶ e a precariedade: o espaço físico do Grupo Escolar de Uberaba. Para a edificação dos prédios escolares o governo forneceu os “typosarchiteticos”, em desenhos que compreendiam “as plantas detalhadas correspondentes” (APM. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de MG.* 1906 p. 162, art. 49). O Grupo Escolar de Uberaba (GEU – sigla adotada na seqüência deste texto) foi edificado tendo por base as plantas-tipo para um grupo de oito salas. A fachada é fiel ao que na planta se propõe. Quanto às divisões internas do corpo do prédio, também não houve praticamente alterações estruturais, entre o que foi e o que está construído ainda hoje¹⁷ e a planta baixa (FIG. 01).

¹⁶ No presente artigo não foi apresentado o aspecto da monumentalidade, que se traduz nas dimensões da edificação, principalmente na altura do pé direito, além das linhas neoclássicas de sua fachada, sua localização – se destaca como única construção e quase no meio de uma praça pública –, pelo simbolismo que carrega advindo do fato de estar completando um século e ter formado muitas gerações. Está preservado, e é tombado pelo Patrimônio Histórico do Município de Uberaba.

¹⁷ Ao visitar a Escola Estadual Brasil (nome atual do GEU), não é possível saber como e onde eram os sanitários originais, mas há indícios de que esses se localizavam ao final das duas alas laterais que foram e estão construídas simetricamente, pois há na parte final de cada uma delas, uma saleta, que corresponde, em proporções, ao que na planta está denominado “gabinete para professores”. A sala de professores não funcionava neste espaço, mas sim junto à sala da diretoria, na parte dianteira da edificação.

Figura 01 - Planta baixa, elaborada na Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG para um grupo escolar com oito salas.



Uma observação que se faz é com relação ao espaço em que, na planta baixa denomina-se “Museo”: nesse grupo, funcionou aí o salão nobre que constituía a área social dessa escola. Ao lado desse salão, que é o maior da edificação, ficavam as salas da diretoria e a dos professores, separadas por um biombo (FCU, 2000), mas com entradas independentes. Hoje funciona uma sala de aula, duas portas.

No ano seguinte ao da inauguração os inspetores regionais que visitaram a escola apontaram nos relatórios (APM. SI. 3346, de 08 de julho de 1910; 15 de julho de 1910 e ago/set/out. 1910) alguns problemas, dentre os quais: a mureta de separação dos pátios era baixa, devassando reciprocamente as instalações sanitárias, feminina e masculina; o grupo estava erigido num dos extremos da cidade; a construção era mal acabada e pouco sólida, já apresentava paredes fendidas, goteiras, o cimentado estragado e o abastecimento de água era escasso e imprestável para os meses de agosto, setembro e outubro e comentava-se que, apesar do empresário da água cobrar 25\$000, o diretor era obrigado a adquirir água de um particular por 45\$000, para abastecer talhas e lavar as latrinas; sugere-se então, que se abrisse uma cisterna no pátio interno.

Na cidade havia problema quanto ao abastecimento de água e a maioria das famílias se abastecia utilizando cisternas, instaladas nos quintais, ou captando água dos regos ou córregos, ou, ainda, fazendo como no grupo: adquirindo água canalizada de um empresário particular, uma vez que não havia serviço público que atendesse essa necessidade.

Esse foi um sério problema (embora sazonal) que afetou o cotidiano desta escola durante seis anos, tempo em que foram inúmeras as correspondências trocadas entre os vários envolvidos: o fornecedor da água, o diretor, a Câmara Municipal de Uberaba e o governo mineiro, através dos funcionários da Secretaria do Interior. Enquanto isso, no dia-a-dia do grupo o problema era remediado por meio do abastecimento de “água em pipas puxadas por carroças” (APM. SI. 3527. Relatório do Mov. 1914), ou buscada em baldes pela servente na vizinhança, para beber e lavar os sanitários (APM. SI. 3619. Rel. do Mov. 1915). Foi nesse ano de 1915 que se apresentaram as últimas referências a esse problema levando-se a inferir que a solução ou amenização ocorreu quando o novo Agente Executivo, Hildebrando Pontes, mandou fazer nova canalização, não mais captando água do antigo fornecedor, mas de outro empresário.

Esses anos iniciais de convívio com a questão da água e outros problemas¹⁸ citados nos relatórios, evidenciam que a implementação da escolarização republicana enfrentou desafios e contradições de várias ordens, a começar pelo espaço escolar dos grupos. Esses, foram idealizados como lugares que se apresentassem diferentes, superiores aos “pardiões”. O desafio reside na tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem do regime monárquico para o republicano.

¹⁸ Outros: o tamanho dos pátios, dito “exíguos”, a falta de um lugar para instalar a aula do Curso Técnico, (não havia inicialmente, nenhuma oficina ou galpão apropriado), o número de salas de aula, consideradas poucas, a falta de carteiras e decorrente da falta de água, os sanitários estavam sempre apresentando problemas e necessitando de recursos para reparos constantes.

Para Antonio Viñao (2005, p.17), “a construção do espaço como lugar [...] é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. [...]. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, [...]”.

Nessa perspectiva cabe afirmar que, o governo mineiro o projetou, um empreiteiro o edificou, conferindo-lhe existência material. Mas foi com a ocupação por alunos, professores e funcionários, que esse espaço foi (re) construído, adequando-se, para tornar-se duplamente, um espaço-território e um espaço-lugar de convivência e produção de uma cultura escolar própria. Demonstrando uma melhoria, em 1915, o diretor do grupo, registra em seu relatório final: “[...], este estabelecimento tem progredido sempre e representa atualmente, no seu conjunto de edifício, material didático, corpo de professores e orientação pedagógica, um sistema que se emparelha com os melhores do Estado”, (APM. SI. 3619. Rel. do Mov, 1915).

O perfil da clientela do Grupo Escolar de Uberaba e a identidade histórica da instituição.

No início da Primeira República, no Brasil, e em especial em Minas Gerais, a preocupação dos dirigentes políticos era criar escolas visando a diminuir os índices de analfabetismo. Havia certa preocupação com a qualidade do ensino. Mas o aspecto central era a questão da quantidade, ou seja, o número de alunos que deveriam ser atendidos e alfabetizados.

De acordo com as prescrições do Regimento Interno dos Grupos Escolares (1906), relatado por MOURÃO (1962, p.160), “um Grupo deveria ter pelo menos quatro salas de aula, tendo cada uma, capacidade para 50 alunos; [...]”. Nesse sentido, no GEU poderiam ser atendidos, em dois turnos, até 800 alunos (se funcionando as dezesseis classes/turmas).

Objetivando demonstrar facetas características da vida escolar dos alunos do GEU, os vários dados encontrados e referentes aos anos de 1910 a 1918, foram sistematizados na elaboração do TAB. 02, embora com algumas lacunas, mas mesmo assim possibilitando tecer análises.

Tabela 02

Movimento (matrículas, frequência e eliminação) dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba – 1910 a 1918.

Anos	Quant.de classes	N. de alunos Matriculados (meses)			Alunos eliminados	Total do 2º sem.	Média de frequência	% da frequência
		Jan.	f/m/abr.	Jul.				
1910	08	520	-	109	76	553	276(1ºs) 269(2ºs)	53,0 48,6
1911	12	550	-	-	-	-	-	-
1912	09(1ºs)	638	-	-	-	-	400 (noano).	62,6
	10(2ºs)							
1913	13	768	20	88	340	536	388(1ºs)	49,2
							406(2ºs)	75,7
1914	13	838	42	88	337	631	443(1ºs)	50,3
							338(2ºs)	53,5
1915	13	867	27	100	340	654	394(1ºs)	44,0
							352(2ºs)	53,8
1916	14	785	18	101	-70	534	408(1ºs)	50,8
							400(2ºs)	74,9
1917	14	768	-	-	-	-	-	-
1918	14(1ºs)	763	13	-	-	632	493(1ºs)	63,5
	12(2ºs)						402(2ºs)	63,6

Fontes: APM.¹⁹

Olhando-se os números de matrículas do 1º semestre, pode-se pensar que a oferta de vagas (considerada de 800 alunos), era, em geral, maior que a procura, com exceção dos anos de 1914, 1915 e 1916, em que as matrículas ultrapassaram esse número. Mas, na situação real, em que o número de alunos, por sala, era circunstancialmente determinado pela procura que se efetivava por meio das matrículas em cada série e, pelo número de turmas em funcionamento, pode-se ver que, em algumas classes houve espaço ocioso, enquanto em outras ultrapassou grandemente a previsão de 50 alunos. Exemplo ilustrativo dessa situação extrema ocorreu, dentre outros anos, também em 1917²⁰, em que nas turmas dos primeiros anos A e B estavam matriculados,

¹⁹ As fontes são diversas em cada ano. 1910: SI 3346, Relatórios dos inspetores técnicos regionais, Antônio Louveira Gomes e Ernesto C. Santiago; 1911: SI 2894, Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco de 29 de janeiro de 1911; 1912: SI 3390, Relatório do inspetor técnico regional Alberto da Costa Mattos; 1913: SI 3461, Relatório do movimento do GEU, 20 de dezembro de 1913; 1914: SI 3527, Relatório do movimento escolar (1914); 1915: SI 3579 Relatório do diretor de 1º de fevereiro de 1915 e SI 3619 Relatório do movimento do GEU, 20 de dezembro de 1915; 1916: SI 3681 Relatório do movimento do GEU 21 de dezembro de 1916; 1917: SI 3681 Relatório do diretor de 03 de fevereiro de 1917; 1918: SI 3798 Relatório do inspetor regional, Ernesto de Melo Brandão em 17 de abril de 1918 e 07 de outubro de 1918.

²⁰ Foram feitas 768 matrículas e os discentes distribuídos em 14 classes/turmas. Média de 54,8 alunos por sala.

respectivamente, 107 e 115 alunos; 2º B e 2º A: 64 e 68; 4º ano masculino: 12 e 4º feminino: 37 (APM. SI 3681, Rel. do Mov. 03/02/1917).

Algumas circunstâncias podem ajudar a compreender, em parte, a situação apresentada. Primeiro diante dos índices alarmantes de analfabetismo não se recusavam alunos; depois, dentro desse recorte temporal, nunca funcionaram 16 turmas. Além disso, a frequência era baixa, o abandono e a conseqüente eliminação²¹ dos alunos eram significativos. Assim, matriculavam-se muitos alunos, mas a evasão era muito maior.

Em termos percentuais, com base na TAB. 02, a frequência no GEU variou entre a mínima de 44,0%, em 1915 (1º semestre), e a máxima de 75,7% em 1913 (2º semestre). Mas os valores predominantes estão próximos do que se registrava em toda Minas Gerais cujas médias de frequência, eram de 63,19% e 59,06% para o 1º e o 2º semestres de 1912 (LAVOURA E COMERCIO 19 de outubro de 1913, p. 2) e nos mesmos períodos letivos de 1915 foram de 65, 49% e 58,08% (LAVOURA E COMERCIO 05 de março de 1916).

Embora a questão da frequência fosse um problema, não era enfrentado com ações efetivas. Pelo Decreto 3.191 de 09 de junho de 1911 - Reforma Bueno Brandão/Delfim Moreira -, a obrigatoriedade foi definida nos seguintes termos: “O ensino primário era obrigatório, dentro do perímetro escolar, para crianças [...] de 7 a 14 anos [...]. O perímetro escolar [...] abrangendo: [...] um quilômetro para o sexo feminino e dois [...] para o sexo masculino” (MOURÃO, 1962, p.198). Ou seja, estabeleceu-se uma obrigatoriedade relativa, plasmada no princípio liberal.

Foram apontados pelo inspetor técnico regional, como os motivos causadores de baixa frequência, no GEU, as chuvas contínuas e pesadas que caíram no início de fevereiro (APM. SI 3390, Relatório de inspeção, 15 de fevereiro de 1912), no mês de abril, as eleições agitadas no município e a Semana Santa (APM. SI 3390, Relatório de inspeção, 15 de abril de 1912). Nesse mesmo sentido, o diretor Francisco de Melo Franco justifica que as eliminações dos alunos foram motivadas pelas transferências para outras escolas²², mudança de residência, por terem se empregado, adoecido, falecido ou outros motivos ignorados (APM. SI 3619, Relatório do Mov, 20 de dezembro de 1915). Essas circunstâncias demonstram, conforme Vidal e Faria Filho (2002, p. 22-3), que o processo de escolarização enfrentou dificuldades com relação ao uso do tempo, havendo, no início, um descompasso entre o tempo escolar e os outros tempos sociais.

²¹ “Seriam eliminados da matrícula os alunos que faltassem 60 dias consecutivos. Não consta no Regulamento (n. 3.191 de 09 de junho de 1911), baixado no governo de Julio B. Brandão nenhuma sanção contra os responsáveis por esses alunos que abandonassem a escola ou faltassem mais de 60 dias consecutivos. Teria frequência mensal o aluno que comparecesse, no mínimo, ‘a 15 lições em cada um dos meses do ano letivo’. A frequência mensal correspondia a um comparecimento a 75 aulas, no mínimo, durante cada semestre, o período de cinco meses, entre 1º de fevereiro e 30 de junho, ou entre 1º de julho e 30 de novembro” (Mourão, 1962, p. 196).

²² A movimentação dos alunos entre o Grupo e as duas outras escolas confessionais e maiores no início do funcionamento do Grupo foi bem acentuada, chegando um inspetor técnico a registrar: “Não eram boas as condições de ordem e disciplina, quando iniciei a [...] fiscalização e essa irregularidade agravada pelas hostilidades, ora manifesta, ora latente das congregações religiosas (marista e dominicanas) contra o grupo, [...], muito concorrem para a irregularidade da frequência dos alunos e mesmo a retirada de dezenas de crianças do Grupo. Essa hostilidade, que felizmente vai se neutralizando, foi sem dúvida um fator poderoso de perturbação da boa marcha do Grupo em sua primeira fase” (APM. SI. 3346. Relatório de inspeção, agosto-outubro, 1910).

Assim, ocorreu no GEU nos anos em foco uma grande movimentação dos alunos. O número de matrículas era elevado, podendo-se disso coligir que o acesso era relativamente fácil, mas a frequência era irregular, comprometendo a permanência. No início do ano, projetava-se grande quantidade de alunos, principalmente nas séries iniciais. No meio do ano, a realidade já era outra. Então, com as matrículas suplementares, novos alunos eram inscritos, mas novos abandonos ocorriam, restando no final do ano um total sempre menor do que no início. Para encerrar o período letivo, esses alunos ainda teriam um obstáculo a enfrentar, os exames finais, que resultariam em aprovação e promoção à série seguinte (ou conclusão no caso do 4º ano) ou em reprovação. Uma amostragem dessa situação pode ser observada no TAB. 03, a seguir:

Tabela 03

Dados diversos relativos aos exames finais realizados no Grupo Escolar de Uberaba, do ano de 1913 a 1916

Anos	1913	1914	1915	1916
Matrículas totais no 2º semestre.	536	631	654	534
Média de frequência no 2º semestre.	406	338	352	400
Alunos presentes aos exames.	396	370	370	388
% de presenças em relação às matrículas.	73,8	58,7	56,5	72,6
Número de alunos aprovados.	306	298	281	278
% aprovados em relação ao comparecimento.	77,2	80,3	75,9	71,6
% aprovados em relação às matrículas	57,0	47,2	42,9	52,0
Não compareceram	140	261	284	146
Número de alunos reprovados	90	72	89	110

Fontes: APM²³ e LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1516 de 10/12/1913

Ao observar os percentuais de aprovação em relação ao de comparecimento, verifica-se certo sucesso dos alunos que enfrentaram os exames, pois são valores de mais de 70 e 80%, significativos em qualquer época. Mas há outra análise a ser feita, que é com relação aos que não compareceram aos exames e aos reprovados. Ao somá-los, os resultados mostram que em alguns anos ultrapassaram o número de alunos aprovados. Fato ocorrido em 1914 e 1915, em que houve respectivamente 298 e 281 aprovações, contra 333 e 373 reprovados e não examinados. Conseqüentemente, pode-se considerar que a escola republicana era muito seletiva, se olharmos da perspectiva da existência desses exames que, em última instância, era o fator decisivo do sucesso escolar dos alunos.

²³ Cada ano tem sua fonte correspondente: 1913: SI 3461. Relatório do movimento anual, 20/12/1913; 1914: SI 3527. Relatório do movimento anual, 1914; 1915: SI 3619, Relatório do movimento anual, 20/12/1915 e 1916: SI. 3681. Relatório do movimento anual, 21/12/1916.

Os alunos que freqüentavam o GEU eram de todas as classes sociais. A estratégia que possibilitou a presença de estudantes de baixa condição econômica nos grupos foram as caixas escolares. Nesse grupo a “Caixa Escolar João Pinheiro” foi atuante em todos os anos e pode-se afirmar que atendeu alunos carentes em números significativos, sobretudo nos anos de 1915 e 1916 quando, as matrículas de janeiro foram respectivamente, 867 e 785 alunos (TAB. 02) com 264 e 203 assistências (E.E. BRASIL. *Livro de atas da Caixa Escolar*, 1912 -1956). Calculados os percentuais chegam-se aos 30,44% e 25,85% dos alunos. Tal atendimento consistia na doação de itens essenciais a um estudante, tais como: tecidos para uniforme, calçados e materiais escolares.

Excetuando os alunos ditos nas atas da Caixa Escolar, “reconhecidamente pobres”, ou “indigentes”, os demais discentes tinham melhores condições econômicas. Muitos eram de famílias das elites da cidade. Desse ponto de vista, essa era uma instituição liberal, estava aberta a todos, não fugindo ao espírito da época histórica em foco: Primeira República. Mas se considerados necessitados, basicamente os alunos atendidos pela caixa escolar, pode-se afirmar que a presença maior era daqueles com melhores condições socioeconômicas. É nesse sentido que se apresenta a idéia do “liberalismo negativo”²⁴, porque beneficiava as classes privilegiadas.

Notícias sobre o destino dos egressos foram obtidas através de procedimentos²⁵ variados. Diante das informações adquiridas pode-se considerar que nem todos os alunos, ao concluírem o curso primário, encerravam sua formação escolar. Vários deram continuidade aos estudos. As meninas procuravam o curso normal do Colégio N. S. das Dores²⁶ e o rapazes o secundário do Ginásio Diocesano. Houve quem chegasse até a conclusão do ensino superior. Em termos de trabalho se têm notícias deles desempenhando diferentes profissões, públicas ou privadas: das manuais (doceira, costureira, bordadeira) às liberais (médico, advogados, professores, inspetores, Juiz de Paz etc.) e também as técnicas (guarda-livros, secretários, inspetor de tráfego na E. de Ferro Mogiana). Assim como as origens dos estudantes eram socioeconomicamente variadas, o mesmo se deu com os destinos no decorrer da vida adulta, após terem freqüentado o Grupo Escolar de Uberaba.

Docentes precursores de uma escola pioneira: o perfil dos mestres do Grupo Escolar de Uberaba.

Assim que o prédio do Grupo ficou pronto, a preocupação das lideranças políticas e educacionais passou a ser com a composição do corpo docente. Nesse aspecto, houve inicialmente, certa tentativa de interferência de políticos locais indicando parente para

²⁴ Sobre esse tema, “liberalismo negativo”, ver Nagle, 2001, p. 363.

²⁵ Procedimentos: conversar com pessoas mais velhas; localizar, utilizando o nome de família, os descendentes dos alunos através da lista telefônica on-line local e posteriormente fazer um contato mais sistemático, incluindo visitas e entrevistas; buscar notas em colunas sociais de revistas/almanaques antigos da cidade; e, consultar os livros de matrícula do Colégio N. S. das Dores, para verificar quais alunas deram continuidade aos estudos.

²⁶ O resultado obtido revela que trinta ex-alunas do GEU ingressaram no curso normal desse colégio. (ACERVO DO COLÉGIO N^o SR^a. DAS DORES. *Livros de matrículas*: 1910 – 1913 e 1915 – 1923).

o cargo de professora. No entanto, tal pretensão recrudescu deixando-se as nomeações a cargo do governo estadual, desde que esse não nomeasse “pessoas que por serem adversárias da política da Câmara [...] [pudesse] traduzir como acintosa a ação do governo” (APM. SI 2976, 6ª secção, 26 de julho de 1909).

Em meados de agosto de 1909, foram feitas e publicadas em jornais locais as primeiras nomeações. Mas quando o Grupo foi inaugurado, seu corpo docente estava incompleto: havia seis professores e onze classes de alunos. Conforme facultava a lei, os inspetores, regional e municipal, nomearam interinos. Ao final do primeiro mês de funcionamento o quadro²⁷ compunha-se de oito professores regentes. Esse grupo de profissionais, embora em desigualdade numérica em relação às turmas, mantinha a regularidade do funcionamento, uma vez que alguns docentes dobravam turnos. Esse núcleo inicial manteve-se permanente²⁸ ao longo dos anos pesquisados.

Vê-se que a formação desse corpo docente não foi tão simples quanto se poderia supor considerando que na cidade existia uma escola normal, confessional e equiparada e, que até 1904, funcionara uma escola normal oficial. Soma-se ainda o fato de que por ocasião da inauguração do grupo foram fechadas seis escolas isoladas, levando-se a interpretar que seis professores ficaram disponíveis²⁹. Depois nem todos nomeados assumiram, alguns deles eram de outras cidades e, ao que parece foram removidos à revelia. Mas se não houve a interferência explícita de uma política partidária local, parece ter havido a de uma política familiar, dados os vários núcleos de parentes³⁰ que atuavam nesta escola.

Quanto à formação profissional, sabe-se que com exceção dos Srs. Arlindo Costa (leigo) e Arnold Magalhães (artista e técnico), todos eram normalistas, (APM. SI 3346. Relatório de inspeção, 15 de julho de 1910). Esse é um fato significativo, uma vez que era comum a atuação de professores leigos. A maioria sendo normalistas conferia padrão de qualidade à escola. Sobre a atuação didático-pedagógica desses docentes, informações obtidas através dos relatórios dos inspetores registram que o trabalho executado pelos mestres em sua maioria satisfazia, em grande parte, aos níveis de exigência do Estado quanto aos programas, à divisão do tempo, aos métodos, à manutenção da disciplina e ao bom relacionamento com os alunos. Porém, alguns ainda não correspondiam ao desejado, fato atribuído à inexperiência ou às limitações pessoais.

No início de funcionamento do grupo havia igualdade numérica de professores

²⁷ I Quadro do magistério do GEU: Arlindo Costa, João Augusto Chaves, Francisco de Mello Franco, Bertholina dos Santos, Alcina Maria Coutinho, Maria Julieta Campos, Maria Carmilieta Campos, Marcilieta Campos. Para lecionar no Ensino Técnico, Arnold Magalhães e o diretor em comissão era o inspetor técnico regional Ernesto de Mello Brandão (LAVOURA E COMERCIO. 1068, 07 de outubro de 1909), que exerceu o cargo até agosto de 1910.

²⁸ Em 1918, último ano do recorte temporal desse trabalho, oito desse total de nove, professores continuavam exercendo suas funções no Grupo Escolar. O único que se exonerou foi Arlindo Costa. Obtém-se essa conclusão comparando-se o corpo docente de 1909 com o de 1918.

²⁹ No entanto, como não há lista identificando nominalmente as escolas nem os professores, não é possível saber se alguns desses primeiros docentes do Grupo foram provenientes delas.

³⁰ Além das professoras da família Campos (Maria Julieta, Maria Carmilieta, Maria Glorietta e Marcilieta (essa casada com o diretor Francisco de Melo Franco), vieram depois as irmãs Oliveira (Altiva, Corina e Olga), as professoras da família Luz (Maria Bernardes e Noemia Ribeiro) e os Chaves (João Augusto - o pai, de Leovirgília Martins Chaves).

de ambos os sexos. Essa igualdade foi rompida no ano de 1912 e a feminização do magistério foi se acentuando a partir de 1913, quando várias professoras foram contratadas e o professor Arlindo Costa, exonerou-se³¹. Por que a presença predominante da mulher numa época em que o sexo feminino não participava em atividades políticas e nem de trabalho em locais públicos? Até mesmo os positivistas, segundo Carvalho (1990, p. 75-94), apesar de darem grande ênfase ao papel feminino, declarando a mulher superior ao homem, acabavam por lhe atribuir o tradicional papel de mãe, esposa e guardiã do lar. Contudo, ainda é no seio dessa doutrina que se formula uma explicação: os positivistas prezavam a saúde moral da humanidade e à mulher era atribuída a tarefa de zelar pelos princípios éticos. E ainda, a escola era vista como a continuidade do lar. Portanto, na escola como no lar, a professora podia cumprir sua tarefa de guardiã da moral e dos bons costumes, contribuindo para construir uma pátria e uma humanidade saudáveis.

O cotidiano escolar: saberes e fazeres no Grupo Escolar de Uberaba.

Na perspectiva de Dominique Julia (2001, p. 10), cultura escolar se vincula às normas, que estabelecem *o que ensinar* (referindo-se tanto aos conhecimentos, quanto aos comportamentos, às condutas) e às práticas cotidianas, que se relacionam ao *como ensinar*. Normas e práticas estão coordenadas às finalidades do ensino, *para que ensinar* ou com quais objetivos. Esses, por sua vez, estão relacionados à época em que se vive. Assim, as finalidades do ensino podem ser variadas, pois dependem dos pensamentos dominantes em cada período e têm relação direta com os discentes, com o tipo de ser humano que se idealiza formar.

Segundo comenta Mourão (1962, p. 99-139), os processos de ensino-aprendizagem foram alvos de preocupação dos reformadores do ensino em 1906. Pelo Decreto n.º. 1947, de 30 de setembro de 1906 (baixado dois dias após a Lei da Reforma) determinavam-se os dias letivos, os programas de ensino, as grades de horários de aulas, as atividades curriculares e as instruções metodológicas, pelas quais os professores deveriam se orientar para ensinar com eficiência. Reside nessas determinações um fator, também importante, para a racionalização do uso do tempo e para a homogeneização do ensino no Estado.

No GEU há evidências, nos relatórios de inspeção e direção, de que essas prescrições do governo mineiro eram seguidas à risca. Esses relatórios e os discursos de oradores, em solenidades, dão também uma idéia do dia-a-dia nesta instituição escolar e possibilitam perceber o que e como era ensinado e ainda, qual o ideal de ser humano se buscava formar. Destacando-se os aspectos relacionados à disciplina, ordem, independência, higiene e ao civismo, têm-se dois trechos a seguir:

³¹ O grupo ficou com apenas dois regentes de classes: os professores João Augusto Chaves e Fernando Araújo Vaz de Mello, um professor do ensino técnico, Arnold Magalhães e na direção, Francisco de Mello Franco. Mas havia 15 profissionais: onze mulheres e quatro homens (APM. SI. 3527. Rel. do mov. 20 de dezembro de 1913).

Haveis de convir comigo em que de fato, a vossa vida e os vossos trabalhos escolares obedeceram a um sistema disciplinador [...]. Em hora determinada devíeis estar presentes; para as aulas entraveis e delas saíeis em forma e atitudes corretas, [...]; havia um horário, rigorosamente observado, pelo qual se davam as lições e se faziam os exercícios; a fim de que vos habituásseis ao trabalho e vos acostumásseis a contar com o esforço próprio; os professores empregavam processos didáticos que induziam cada um de vós a fazer por si mesmo [...]. Todo o prédio escolar vos oferecia um exemplo de ordem e asseio [...]. (LAVOURA E COMMERCIO, Discurso do diretor. 14/12/1916, p. 1-2).

Diariamente, num e noutro turno, cantam os alunos, antes do início das aulas o Hino à Bandeira, formados nas varandas do prédio. A entrada para as aulas se faz [...], marchando os alunos ao toque de cornetas e tambores. [...]. Aos sábados, é aproveitada parte do tempo destinado ao recreio para os exercícios de declamação e canto [...]. O diretor instituiu [...] distintivos para os alunos aplicados e de bom procedimento [...] consistem em lacinbos de fita com as cores da Bandeira Brasileira. [...]. Os alunos que quebram a disciplina estabelecida são punidos. Sofrem censura, provações de recreios e são acompanhados às casas dos pais, com a necessária comunicação do diretor (APM. SI. 3798. Relatório de inspeção, 16 de março de 1918).

Disciplina era um valor; e, para o diretor, “tão indispensável como o bom ensino” (APM. SI. 3527. Rel. do Mov, 1914, p. 5). Mas antes do prêmio ou do castigo havia certo apelo aos sentimentos de simpatia e amizade entre professor e aluno, além do bom exemplo, que deveria ser dado pelos mestres. Isto estava previsto no Regulamento 3.191 de 09/06/1911: “A afeição mútua entre alunos e professores; o exato cumprimento dos deveres por parte destes; o interesse que devem despertar as suas lições; [...] o exemplo de sua conduta; eis a base de toda a disciplina na escola [...]” (MOURÃO, 1962, p. 197). De maneira geral, o diretor e os inspetores, regional ou municipal, consideravam boa a disciplina no Grupo e essa era conseguida com base nesses parâmetros:

Crianças estudiosas, trabalhadoras e atentas às explicações das professoras e dos professores operosos e enérgicos e ao mesmo tempo amigos dos seus alunos. Não há dúvida nenhuma de que o Grupo é realmente uma bela oficina de espíritos e corações. Nela se ensina a ler, se educa o espírito, se corrige os temperamentos, fazendo-se os homens de amanhã. (APM. SI. 3424. Termo de Visita, 24 de setembro de 1913) (grifos meus).

A promoção da “educação intelectual, moral e física,” tripé da reforma João Pinheiro – Carvalho Brito (1906), ampliou-se no governo Bueno Brandão - Delfim Moreira (1911), conforme texto de Mourão (1962, p. 199): “[...] o fim colimado no ensino não era tão somente o de instruir as crianças, mas também: ‘1º o de desenvolver-lhes o corpo; 2º o de educar-lhes as mãos; 3º o de cultivar nelas a atividade e a vontade; 4º o de formar-lhes o espírito e o coração.’” Assim no GEU, diariamente ocorriam as aulas de exercícios físicos. A vontade era cultivada em grande parte através das exigências disciplinares. A educação das mãos se fazia por meio do Ensino Técnico e dos trabalhos manuais. Nesta escola as atividades relacionadas ao Ensino Técnico ocuparam um lugar

de destaque. Esse era ministrado em aulas anexas para os meninos, que confeccionavam, sobretudo, produtos de marcenaria, enquanto as meninas, em suas próprias salas realizavam trabalhos de confecções (costuras) e bordados. Assim, os discentes desenvolveram habilidades, capacidades relativas aos saberes e fazeres manuais, culminando em uma produção artesanal de qualidade e em grande quantidade, conforme referida nos textos dos jornais e percebida através das fotos das exposições anuais. Essa produção era comercializada gerando fundos para a Caixa Escolar João Pinheiro, segundo os relatórios do professor responsável, Arnold Magalhães.

E por fim, havia ainda, a formação do espírito e do coração para o que contribuíam todas as práticas realizadas em sala de aula, preleções, leituras, músicas instrumentais e canto vocal, exercícios de declamação³² etc. Tiveram grande peso também os eventos cívicos (em comemoração às datas nacionais) e os eventos sociais: aniversário da escola, formatura dos concluintes do 4º ano, ocasiões em que os intelectuais da cidade eram convidados a discursarem e o faziam através de mensagens impregnadas dos valores da época, relacionados aos ideais liberais, positivistas, patrióticos e à questão do laicismo. Embora esses discursos fossem proferidos ocasionalmente tinham, todavia, certo alcance em número de ouvintes, pois as festas eram concorridas estando presentes muitos alunos, as famílias, as autoridades locais, o corpo docente, além de os textos serem também publicados na imprensa. Não deixavam de ser, portanto, momentos educativos patrocinados pelo Grupo. No trecho a seguir o paraninfo se dirige às alunas concluintes do 4º ano de 1911:

[...] eu lbes desejo da maneira mais completa o destino comum e natural da mulber: o de anjo do lar. Se aí sob as vistas da mulber inteligente e sob os influxos da sua incomparável sentimentalidade, se modela a nova geração, capaz de corresponder aos grandes destinos humanos; nesse microcosmo, com a instrução metódica que adquiriste e com aquela educação aprimorada que reveste a vossa conduta e a vossa graça, sereis as verdadeiras criadoras daquele imperecível monumento de civilização desta estremecida pátria, [...]. (LAVOURA E COMMERCIO. 1.288, 21 de dezembro de 1911, p. 1-2).

É um discurso positivista e, portanto, conservador. Vê a sociedade como um tecido orgânico, no qual a mulher esclarecida pela escola, tem um papel a desempenhar. Ela representa e deve promover a ordem necessária para o progresso da pátria. Mas sem mudança do papel feminino: é a rainha do lar, a mãe, a base da família.

[...] leiam bons livros, bons autores, [...] lutem por seu país [...]. Tendes o culto da verdade. [...] a verdade é uma paixão transformada em fé. Combatei o ceticismo invasor e estéril, que surge. Sede escravos da moral, [...]. O medo nunca fez nada que preste. Sim! Tende fé e esperança. . (LAVOURA E COMMERCIO. 1.933, 14 de dezembro de 1916).

³² As aulas de declamação eram dadas pelo diretor, conforme ele mesmo registrou: “No turno da tarde, aos sábados, durante 15 minutos do tempo destinado ao recreio das meninas, tenho organizado recitas ou exercícios de declamação e de canto para o gáudio das crianças” (APM. SI. 3527. Relatório do Mov, 1914, p. 10).

Em uma rápida leitura, esse discurso parece conter aconselhamentos cristãos. Mas, são na verdade positivistas, pois segundo afirma Carvalho (1990, p. 81), em um estado laico (como era o caso do brasileiro e especificamente, dos grupos escolares mineiros) e em uma sociedade sem Deus, a base da convivência social, seria o altruísmo.

A questão da laicidade republicana, também mostrava sua face, seu perfil e significados neste trecho em que o paraninfo se confessa: “Irreligioso [...]. Crente, sim! [...]. Nem só de amor ao Deus dos cristãos vive o homem [...] há a religião do país natal, tanto mais fervorosa quanto mais desgraçada a pátria é [...]” (LAVOURA E COMMERCIO. 1.933, 14 de dezembro de 1916).

Considerações finais

O Grupo Escolar de Uberaba, desde sua inauguração em 1909, até a data final do recorte, 1918, ocupou uma posição de destaque no setor educacional da cidade. Embora fosse uma escola pública, estatal e laica e tivesse, portanto, suas particularidades, se inseriu de uma forma tal, que passou a ocupar um lugar social e educacional equivalente ao das duas escolas confessionais há mais tempos estabelecidas: o Colégio N. S. das Dores e o Ginásio Marista Diocesano. Apesar de ambas funcionarem como internato e externato, serem maiores oferecendo também o secundário, havia os pontos comuns. Como elas o Grupo tinha o seu prédio próprio, um gestor (o diretor e nas outras, madre superiora e reitor) contava com um corpo docente permanente, ministrando o ensino em séries (divulgado como de boa qualidade) e atendia a um grande número de alunos.

Os resultados obtidos permitem confirmar a hipótese levantada. O GEU exerceu efetivamente o papel de veículo propagador dos ideais republicanos, tanto através das práticas cotidianas em sala, quanto das eventuais, pois eram transmitidos aos alunos conhecimentos, informações, inculcadas as condutas e incorporados os comportamentos sóciopolíticos desejáveis para a época. Tudo isso, visando à finalidade principal da escolarização republicana: produzir novos e melhores sujeitos sociais, capazes de colaborar com a modernização e o progresso da cidade e do país. As preocupações centrais do ensino enfatizavam valores como, a ordem e a civilidade trabalhadas por meio da exigência e prática da disciplina e da polidez; o civismo e o nacionalismo, através do culto aos símbolos pátrios: hinos, bandeira e heróis nacionais. Ainda, a constante preocupação com a higienização, percebida nas referências sobre a necessidade de cuidados com os materiais e um ambiente escolar claro, saudável e agradável. Além disso, havia o apelo constante aos sentimentos altruístas: o amor ao estudo, ao bem, à família, ao trabalho, à humanidade etc.

Isso permite considerar que a intenção de relacionar o geral – contexto do país e do estado, e o particular – o grupo e a cidade de Uberaba – foi concretizada, uma vez que o Grupo escolar de Uberaba, unidade institucional localizada no espaço micro de uma cidade mineira, se fez expressão e porta-voz das idéias e crenças vinculadas às finalidades sócio-políticas do ensino, segundo princípios positivistas, leigos, nacionalistas e liberais, divulgados no âmbito geral do país. Dito dessa forma poderia se pensar que isto significa apenas a parte reproduzindo o todo. Mas a visão aqui defendida é a de que,

o Grupo Escolar de Uberaba é parte do todo, formado pelo conjunto dos grupos escolares republicanos e como parte desse todo, tem semelhanças com outros grupos. Mas duplamente, este conjunto de escolas é formado por essas unidades institucionais e cada qual tem suas singularidades, pois localizados em diferentes cidades, contando com a atuação de diferentes sujeitos (alunos, professores, diretor, comunidade escolar, população local). Portanto, cada grupo tem sua própria história.

Fontes

Arquivo Público Mineiro (APM)

Correspondências:

Carta do inspetor Ernesto M. Brandão ao Secret. do Int., 26/07/1909. SI. 2976, 6ª secção.

Impresso:

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906.

Relatórios:

Relatórios do inspetor técnico regional Antônio Louveira Gomes, 08/07 e 15/07/1910. SI. 3346.

Relatório do inspetor técnico regional Ernesto C. Santiago, ago/set/out. de 1910. SI. 3346.

Relatórios do inspetor técnico regional Alberto da Costa Mattos, 15/02 e 15/04/1912. SI. 3390.

Relatórios do inspetor técnico regional Ernesto de M. Brandão, 17/04/1918 e 07/10/1918. SI. 3798.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 20/12/1913, SI. 3461.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1914, SI. 3527.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1915, SI. 3619.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 1º/02/1915. SI. 3579.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 03/02/1917, SI. 3681.

Termo de visita:

Termo de visita do inspetor municipal Tancredo Martins, 24/09/1913. SI. 3424.

Arquivo Público de Uberaba (APU)

ALMANACH UBERABENSE. (1908, 1909). Uberaba: Editora Livraria Século XX.

UBERABA. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba* (CMU) de 1905 a 1909.

Câmara Municipal de Uberaba

UBERABA. Câmara Municipal de Uberaba. Lei n. 202 de 02 de abril de 1907.

_____. Câmara Municipal de Uberaba. Lei n. 222 de 12 de maio de 1908.

Escolas

ACERVO DA ESCOLA ESTADUAL BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar João Pinheiro*. Uberaba, 1912.

ACERVO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES. *Livro de matrículas 1910 – 1913*. Uberaba MG.

_____. *Matrícula das alunas internas do Colégio N. S. das Dores 1915-1923*. Uberaba MG.

Fundação Cultural de Uberaba (FCU)

UBERABA (2000). *Processo de tombamento 0016*.

Jornais

GAZETA DE UBERABA. *Edições do ano de 1909*: n. 3.482 de 27/02; n. 3.668 de 05/10.

LAVOURA E COMMERCIO. *Edição do ano de 1911*: n. 1.288, 21/12.

_____. *Edições do ano de 1913*: n. 1.494, 19/10; n. 1.516, 10/12.

_____. *Edições do ano de 1916*: n.1.852, 05/03; n. 1.933, 14/12.

Referências

CARONE, Edgard (1971). *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____. (1978). *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889 – 1930)*. São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo (1990). *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

CURY, Carlos R. Jamil (2005). A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados.

ELITES, Teoria das (1986). In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 385-391.

FAORO, Raimundo (1979). *Os donos do Poder: Formação do Patronato Brasileiro*. Porto Alegre: Globo.

FARIA FILHO, Luciano M., VAGO, Tarcísio M. (2000). João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Org.). *Lições de Minas – 70 anos da Secretaria de Educação de MG*, (Lições de Minas 7). Belo Horizonte MG.

FURTADO, Celso (1954). *A Economia brasileira – Contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (2005). O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU.

JULIA, Dominique (2001). A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº. 1. Campinas, SP: Autores Associados.

LOURENÇO, L. A. Bustamante (2002). *A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista - Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia; Universidade Federal de Uberlândia,UFU.

MAGALHÃES, Justino (1999). *Para a história do Ensino Liceal em Portugal: Atas e Colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho.

MOURÃO, Paulo K. C (1962). *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge (2001). *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A.

NOSELLA, P; BUFFA, E. (2005). As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Ecos – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

PONTES, Hildebrando (1978). *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Editora da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

REZENDE, Eliane Mendonça M. de (1991). *Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba (MG): Arquivo Público de Uberaba.

SAVIANI, Demerval (2005). Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação* nº. 4. Uberlândia, MG: Jan./Dez., EDUFU.

SODRÉ, Nelson Werneck (1970). *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

VEIGA, C. Greive (1997). Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*. n. 26, Belo Horizonte: dez/97.

VIDAL, Diana G. (2006). Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. (2002). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n.º. 14, Belo Horizonte MG.

VIÑAO, Antonio (2005). Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus L. A. (Org). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

WIRTH, John D. (1982). *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido em maio de 2008

Aprovado em junho de 2008